



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR

Presidenta da República

Dilma Rousseff

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Pepe Vargas

Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Laudemir Müller

Secretário da Agricultura Familiar

Valter Bianchini

Secretária de Desenvolvimento Territorial

Andréa Lorena Butto Zarzar

Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária na

Amazônia Legal

Sérgio Roberto Lopes

Secretário de Reordenamento Agrário

Adhemar Lopes de Almeida

Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Carlos Guedes de Guedes

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM - MDA

Coordenador de Comunicação Social: Felix Valente

Coordenadora de Jornalismo: Silvana Gonçalves

Coordenadora Administrativa: Ila Baraúna

Fotos: Eduardo Aigner, Ubirajara Machado e Bulldog Estúdio

Direção de arte e projeto gráfico: Alessandro Mendes

Edição de texto: Kelly Kareline

Editoração Eletrônica: Cleiton Parente

Impressão: Gráfica Ideal

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR



SUMÁRIO

POLÍTICAS PÚBLICAS

Pronaf 11

Ater..... 17

PAA 21

Pnae 27

PNCF 31

PAC2 35

Suasa..... 39

Terra Legal 43

Programa Cadastro de Terra e Regularização Fundiária..... 49

Terra Forte 55

Biodiesel..... 59

Garantia Safra 63

DIREITO A CIDADANIA

Reforma Agrária 69

Pronera..... 75

Pronatec..... 79

PNDTR..... 83

Organiação Produtiva das Mulheres Rurais..... 87

Territórios da Cidadania 91

Arca das Letras 97

Proinf 101





POLÍTICAS PÚBLICAS





PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO
DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)



Programa de crédito que permite acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento da agricultura familiar. Beneficia agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, que podem fazer financiamentos de forma individual ou coletiva, com taxas de juros abaixo da inflação. Facilita a execução das atividades agropecuárias, ajuda na compra de equipamentos modernos e contribui no aumento da renda e melhoria da qualidade de vida no campo.

Conheças as linhas de crédito do Pronaf:

- **Pronaf Custeio:** financia atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no Pronaf;
- **Pronaf Investimento (Mais Alimentos):** financia máquinas e equipamentos visando a melhoria da produção e serviços agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas;
- **Microcrédito Rural:** atende os agricultores de menor renda. Permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer atividade que possa gerar renda para a família atendida;
- **Pronaf Agroecologia:** financia investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento;

- **Pronaf Mulher:** linha oferecida especialmente para as mulheres. Financia investimentos de propostas de crédito, independentemente do estado civil da mulher. Pode ser usado para investimentos realizados nas atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse da mulher agricultora;
- **Pronaf Eco:** investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, biocombustíveis, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e recuperação do solo;
- **Pronaf Agroindústria:** financia investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural;
- **Pronaf Semiárido:** financia projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, que priorizem infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida;
- **Pronaf Jovem:** financia propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras com idade entre 16 e 29 anos. Os recursos são destinados à implantação, ampliação ou modernização de produção e serviços nos estabelecimentos rurais;

- **Pronaf Floresta:** financia projetos para sistemas agroflorestais, como exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas;
- **Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares:** destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações, para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria ou de terceiros;
- **Pronaf Cota-Parte:** financia investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.





ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER)



É uma política pública que leva assistência técnica às propriedades rurais. Melhora os processos no trabalho e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos agricultores.

COMO FUNCIONA:

- As parcerias do MDA com instituições públicas estaduais e privadas, principalmente aquelas sem fins lucrativos, garantem apoio ao produtor desde o início da safra até a colocação do produto no mercado;
- As atividades de Ater são vinculadas à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão rural e buscam ampliar conhecimento e tecnologia com a finalidade de aumentar a produtividade e a renda, o acesso as políticas públicas da população rural brasileira, respeitando as diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do País.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA ASSENTADOS

Além de auxiliar na estruturação e melhoria da produção nos assentamentos, a prestação de serviços de Ater aos beneficiários da reforma agrária traz o benefício de outras políticas públicas, o PAA, o Pnae e o fomento do Plano Brasil Sem Miséria. A prestação desses serviços contará com investimento de R\$ 342 milhões em 2013, em benefício de quase 400 mil famílias.

Outro compromisso assumido pelo Instituto é o de levar assistência técnica aos assentamentos que receberão os projetos de residência agrária com ênfase em agroecologia. Dos 36 projetos selecionados em todo o País, 17 têm enfoque direto na agroecologia e pelo menos outros dez, como tema transversal.





PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)



Uma das ações do Fome Zero, do Governo Federal, o PAA garante o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promove a inclusão social no campo fortalecendo a agricultura familiar.

Por meio do Programa, criado em 2003 e atualizado pela Lei no 12.512/2011, os órgãos públicos federais, estaduais e municipais podem adquirir os alimentos diretamente dos produtores.

QUEM É BENEFICIADO

Agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

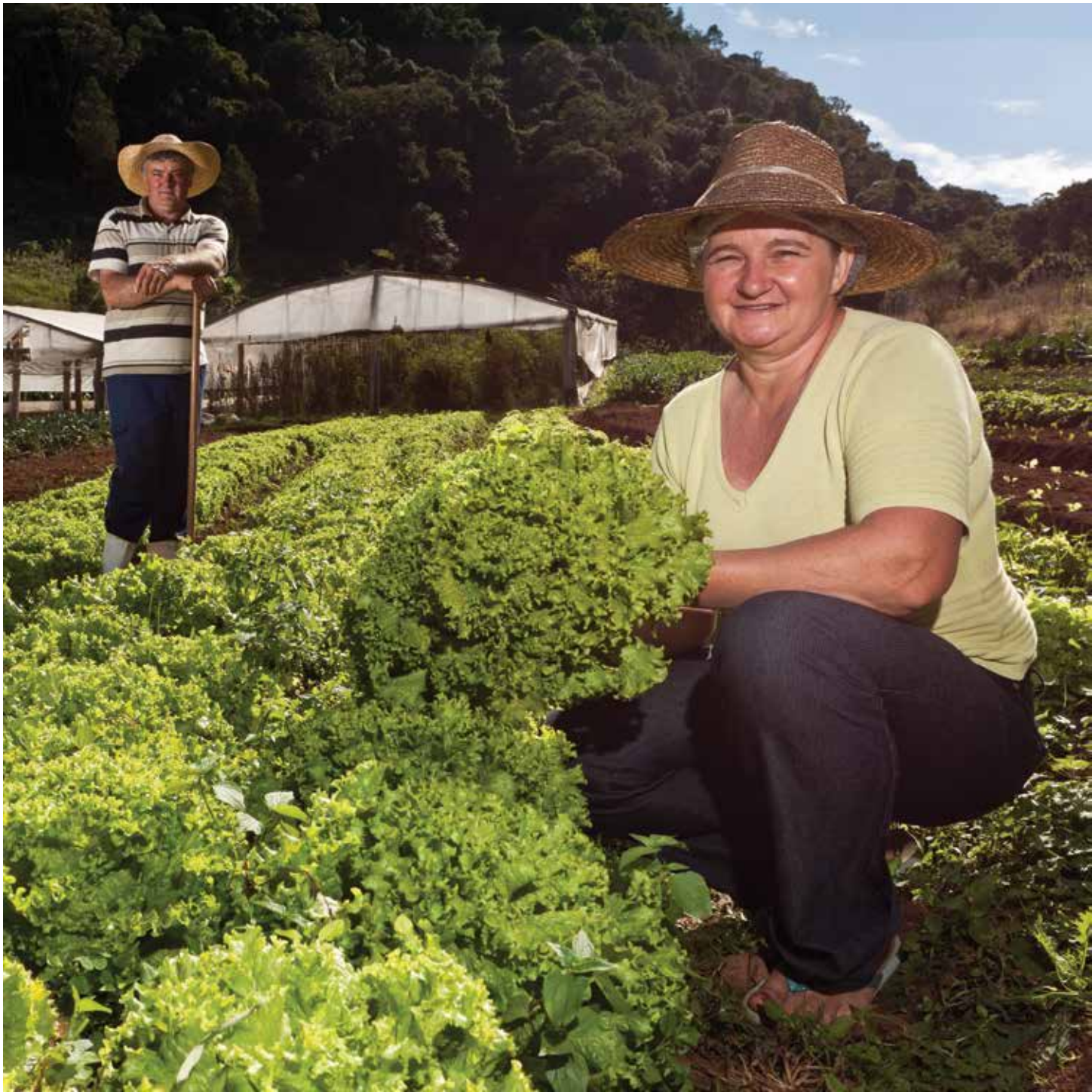
COMO FUNCIONA

A compra se dá mediante processo de dispensa de licitação. Os preços não devem ultrapassar o valor dos praticados nos mercados locais. Produtos orgânicos ou agroecológicos admitem sobre preço de até 30%.

QUEM EXECUTA

Programa interministerial, o PAA é operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e executado com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com estados e municípios.

Uma das modalidades do PAA, a Compra institucional, permite que estados, municípios e órgãos federais comprem alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, com dispensa de licitação. Podem comprar as instituições que fornecem refeições regularmente, como hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários e refeitórios de entidades assistenciais públicas.







PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)



Instituído pela Lei no. 11.947/2009, o Pnae prevê a compra de ao menos 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino. É alimento fresco e de qualidade na alimentação escolar. É garantia de geração de renda para os agricultores e o município, dinamizando a economia local.

COMO FUNCIONA A COMPRA

A compra é feita por meio de chamadas públicas, com dispensa de licitação. O Programa possibilita a aquisição de alimentos da agricultura familiar.

VANTAGENS PARA O MUNICÍPIO

- Beneficia os agricultores familiares;
- Dinamiza a economia local;
- Maior sustentabilidade via circuitos curtos de comercialização;
- Valoriza os produtos regionais.

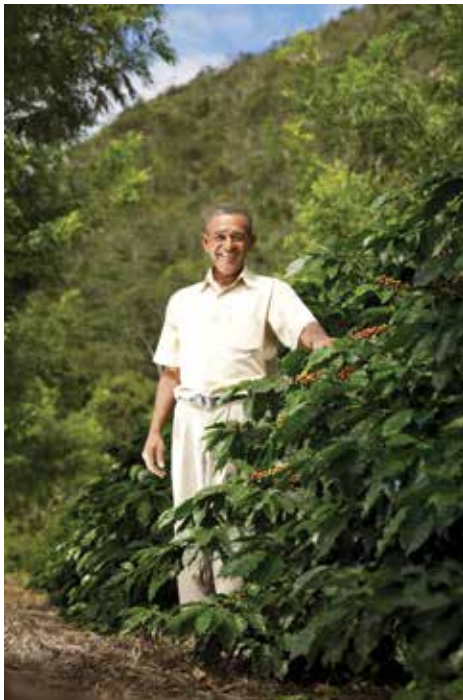
IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA

O Pnae é uma importante ferramenta na garantia de segurança alimentar e nutricional, bem como para o desenvolvimento local.





PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO (PNCF)



Facilitar o acesso à terra e aumentar a renda dos trabalhadores rurais é o objetivo desse programa. O PNCF financia a aquisição de imóveis rurais não passíveis de desapropriação.

ELE TAMBÉM PREVÊ

Investimentos em infraestrutura básica, estruturação da unidade produtiva e projetos comunitários de convivência com a seca no Semiárido e de recuperação ambiental.

QUEM ACESSA

Trabalhadoras e trabalhadores rurais sem-terra, jovens rurais ou agricultores com áreas insuficientes para a produção (minifundistas).

FINANCIAMENTOS PNCF

O programa conta com duas linhas de financiamento:

- Combate à Pobreza Rural – para regiões e trabalhadores mais pobres;
- Consolidação da Agricultura Familiar – para agricultores familiares que desejam ampliar sua propriedade.





PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC2)



MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESTRADAS VICINAIS

O Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2) é a segunda etapa de um programa amplo do governo federal para grandes obras de infraestrutura no País, promovendo desenvolvimento social e econômico.

Dentro do PAC, o MDA atua na entrega de retroescavadeiras e motoniveladoras, às prefeituras de municípios com até 50 mil habitantes não localizados em regiões metropolitanas. Além de caminhões-caçamba, caminhões-pipa e pás-carregadeiras para o Semiárido. Com isso, o Programa promove melhor escoamento da produção dos agricultores familiares e mais desenvolvimento e qualidade de vida na área rural.





SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE ANIMAL (SUASA)



Legaliza e acelera a implantação de novas agroindústrias. Os produtos de origem animal são inspecionados por qualquer instância do Suasa e podem ser comercializados no mercado formal em todo o território brasileiro, facilitando que as agroindústrias locais ampliem a comercialização de seus produtos.

A descentralização do serviço de inspeção fortalece a economia dos municípios, incentivando o desenvolvimento local e dos territórios. Facilita a implantação de novas unidades agroindustriais e, como consequência, a circulação de maior volume de dinheiro no comércio local.





PROGRAMA TERRA LEGAL



O Terra legal assegura a titulação de propriedades de terras públicas federais na região da Amazônia Legal. Ele garante, ainda, o acesso dos proprietários dessas terras a políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento rural e aos modelos de produção sustentável.

OBJETIVO DO PROGRAMA

A meta é que imóveis de até 15 módulos fiscais (desde que a área total não ultrapasse 1,5 mil hectares), ocupados antes de 1º de dezembro de 2004, na Amazônia legal, sejam regularizados. Outra ação é a regularização fundiária urbana, por meio da medição dos núcleos urbanos que estão localizados em terras federais e doação para as prefeituras.

REGULARIZAÇÃO SIMPLIFICADA

Para os agricultores familiares que têm até quatro módulos fiscais, o processo de regularização é simplificado, o que acelera o rito de titulação.

INFRAESTRUTURA DE ASSENTAMENTOS DO INCRA

O Governo Federal desenvolve nos assentamentos da reforma agrária instalados em todo o País iniciativas que garantem a melhoria da infraestrutura. As ações são interministeriais e visam à qualidade de vida dos assentados.

Os investimentos são feitos por meio de programas como Luz para Todos, Água para Todos e Minha Casa Minha Vida. Nesses locais, o incra promove a melhoria das estradas vicinais em parceria com as prefeituras.

AÇÕES

As iniciativas são divididas em duas frentes:

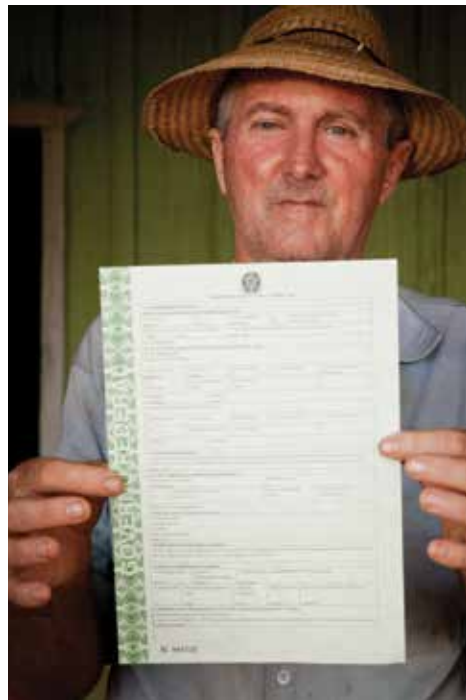
- Projetos de Assentamento em Implantação;
- Recuperação, qualificação e emancipação de projetos de assentamento.







PROGRAMA DE CADASTRO DE TERRA
E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA



Para garantir a permanência dos agricultores familiares na terra, o MDA criou o Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, que assegura juridicamente a posse do imóvel ao trabalhador do campo.

QUEM ACESSA

Para ser beneficiário do Programa, o agricultor deve ter posse de imóvel rural objeto da ação de cadastro e regularização fundiária ou ser pequeno possessor.

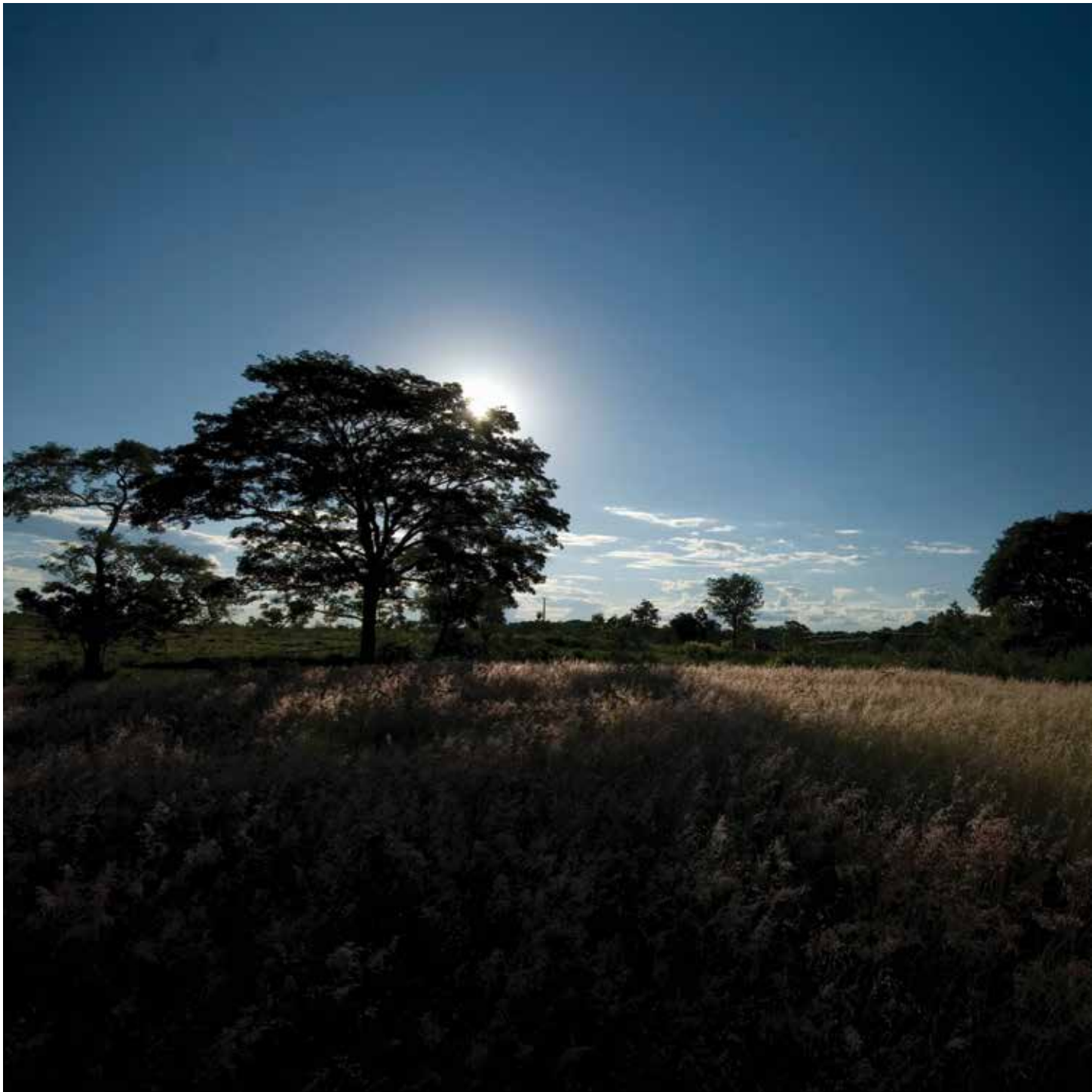
PRIORIDADES

A prioridade de atendimento será nos locais de ocorrência de posses passíveis de titulação, incidência de apropriação indevida de terras, concentração de pequenas propriedades, bem como as áreas onde existam projetos de desenvolvimento territorial.

GOVERNANÇA FUNDIÁRIA

O Incra está dedicado a qualificar as informações sobre a malha fundiária brasileira, bem como melhorar o atendimento prestado ao público. Os dados cadastrais sobre os imóveis rurais do País e o acervo em mapas, mantidos pelo Instituto, estão abertos à consulta por meio do endereço <http://acervofundiario.incra.gov.br>. Inovações tecnológicas também agilizam e dão transparência a procedimentos e serviços oferecidos pela autarquia.

A certificação de imóveis passou a contar com normativos mais simples e um sistema eletrônico de recepção de peças técnicas e documentos. As mudanças impactam diretamente o setor produtivo rural. Expedida pela autarquia, a certificação assegura que os limites da propriedade rural não se sobrepõem a outros imóveis e que a execução do georreferenciamento está de acordo com as especificações técnicas legais. Sem essa documentação, os proprietários são impedidos de legalizar qualquer transferência, seja de compra, venda, desmembramento ou partilha, e não podem expedir o Certificado Cadastral de Imóvel Rural (CCIR), exigido para a obtenção de financiamento bancário junto a instituições oficiais.







TERRA FORTE



O programa visa estimular e apoiar o incremento de renda nos projetos de assentamento por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiências e potencialidades locais. O programa destinará R\$ 600 milhões para financiamento dessas ações até 2016.

O recurso é destinado ao financiamento de projetos de cooperativas e associações que visem à implantação e modernização de empreendimentos coletivos agroindustriais em assentamento da reforma agrária.

Podem se inscrever entidades representantes de coletivos e associações de famílias de trabalhadores rurais assentados pelo Incra.

Apoiando agroindústrias, o programa busca aumentar a renda nos assentamentos da reforma agrária. São desenvolvidas atividades que valorizam as características regionais, experiências e potencialidades locais. Atividades não agrícolas, como turismo rural e artesanato, também são promovidos pelo Programa. É bom para o desenvolvimento do assentamento e também para a economia do município, que ganha em diversificação da produção e geração de renda.

COMO FUNCIONA

O suporte é dado por meio da elaboração de planos de negócios, pesquisas de mercado, consultorias, capacitação em viabilidade econômica, além de gestão e implantação, recuperação e ampliação de agroindústrias.





PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DO BIODIESEL



Um dos objetivos do Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel (PNPB) é estimular a produção e o consumo de combustíveis que não sejam derivados de petróleo. Ele incentiva agricultores familiares a cultivar oleaginosas que possam ser utilizadas na produção desse combustível. O PNPB contribui para que o Brasil compre menos óleo diesel de petróleo de outros países e deixe de exportar grãos in natura. Com isso, melhora a renda produção desse combustível.

PAPEL DO MDA NO PNPB

O MDA é responsável pela integração da agricultura familiar a essa cadeia por meio do incentivo à produção de oleaginosas e óleos vegetais utilizados para a produção desse combustível limpo e não poluente.

SELO COMBUSTÍVEL SOCIAL

Foi criado para estimular a inclusão social e produtiva de agricultores familiares brasileiros. É concedido pelo MDA a empresas produtoras de biodiesel que comprem matéria-prima desses agricultores, obtendo incentivos fiscais e preferência nos leilões de compra de biodiesel.





GARANTIA-SAFRA



É um seguro que serve de garantia aos agricultores familiares em caso de perda de produção causada por problemas climáticos, como a seca, por exemplo. Ele é voltado aos produtores com renda familiar de até 1,5 salário mínimo por mês, desde que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e tenham feito a adesão ao Garantia-Safra.

QUANDO PODE SER ACIONADO

Quando for comprovada a perda de pelo menos 50% da safra no município por seca ou excesso de chuva.

DE ONDE VEM O RECURSO

O Garantia-Safra possui um fundo, que é constituído pela contribuição individual dos agricultores familiares, pela contribuição anual dos estados e seus municípios que aderirem ao Programa e por recursos da União. O aporte financeiro dos municípios é calculado em função da quantidade de adesões realizadas na localidade.





DIREITO A CIDADANIA





REFORMA AGRÁRIA



NOVOS ASSENTAMENTOS

A meta é combinar quantidade e qualidade para os novos assentamentos, a fim de convertê-los em comunidades rurais autônomas integradas, com garantia de condições de vida digna aos moradores por meio de acesso à cidadania, infraestrutura, fomento à produção e preservação ambiental.

As novas áreas chegam com a marca da integração de políticas públicas. O Incra passou a beneficiar os assentados por meio de ações vinculadas ao Plano Brasil Sem Miséria, como os programas Luz para Todos, PAC Equipamentos e o Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Os programas ampliam os investimentos já garantidos pelo Incra e contribuem para agilizar a implantação e a qualificação dos assentamentos.

A seleção das famílias segue os critérios determinados na Lei nº. 8.629 e é realizada pelo Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra). Entre os requisitos, estão a priorização de atendimento de agricultores sem terra que estejam no CadÚnico e a prioridade na destinação de lotes disponíveis para a juventude rural – filhos de assentados ou de agricultores familiares – que estejam, também, no CadÚnico.

Atualmente, a área destinada a assentamento no País soma 87,8 milhões de hectares, o que significa a presença do Incra em mais de 10% do território nacional.

ASSENTAMENTOS VERDES

O Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia, mais conhecido como Assentamentos Verdes, integra ações do Incra e do MDA, com instituições parceiras, para coibir o desmatamento ilegal em áreas de reforma agrária na Amazônia. A atuação está associada às estratégias do Programa Bolsa Verde, inserido no Plano Brasil Sem Miséria, além de iniciativas em âmbito federal, estadual e municipal.

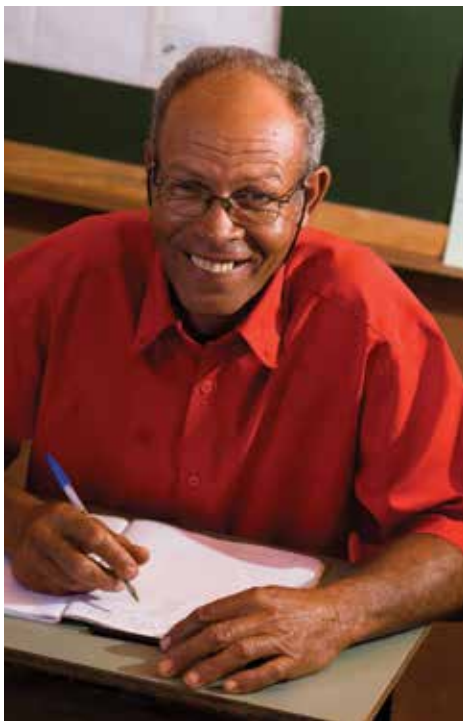
A ação está entre as principais contribuições da autarquia agrária para a mudança do perfil dos assentamentos na região. O intuito é torná-los comunidades rurais autônomas e ambientalmente sustentáveis, incluindo o fomento a atividades produtivas sustentáveis, de recuperação e regularização ambiental como parte dessa dinâmica. Todas as superintendências do Incra que atuam nos estados situados na Amazônia Legal integram o Programa.







PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO
NA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA)



A missão do Pronera é garantir a alfabetização e educação fundamental, média, superior e profissional de jovens e adultos nas áreas dos assentamentos. Em 15 anos, mais de 480 mil agricultores familiares foram beneficiados com o Programa.

FUNCIONAMENTO

O Pronera é realizado em parceria com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais, instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos e governos estaduais e municipais.

RESIDÊNCIA AGRÁRIA

Projeto financiado pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que busca, por meio de convênios com as universidades federais, disponibilizar cursos de especialização e mestrado para a qualificação das famílias assentadas e profissionais que atuam nos assentamentos. Serão investidos cerca de R\$ 40 milhões para universidades desenvolverem projetos de pesquisa e extensão rural voltados à inovação tecnológica e ao desenvolvimento das áreas de reforma agrária. Atualmente, são 36 projetos aprovados em 24 universidades de 18 estados.

Em 15 anos de existência, o Pronera beneficiou cerca de 400 mil jovens e adultos atendidos pelo Programa Nacional de Reforma Agrária. O programa, que oferece cursos em todos os níveis de escolarização, é realizado em parceria com mais de 60 instituições em todo o País. Atualmente, 12,8 mil pessoas são atendidas pelo Pronera.





PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO
AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC)



O Pronatec campo qualifica trabalhadores por meio de cursos de educação profissional e tecnológica para jovens e adultos da área rural. É uma parceria entre os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Educação (MEC). A ação faz parte do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo).

CURSOS DISPONÍVEIS

São ofertados cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, por meio da Bolsa-Formação Trabalhador e da Bolsa-Formação Estudante. Os cursos são baseados nos princípios da educação no meio rural e na integração entre educação e estratégias de desenvolvimento sustentável e solidário do campo.

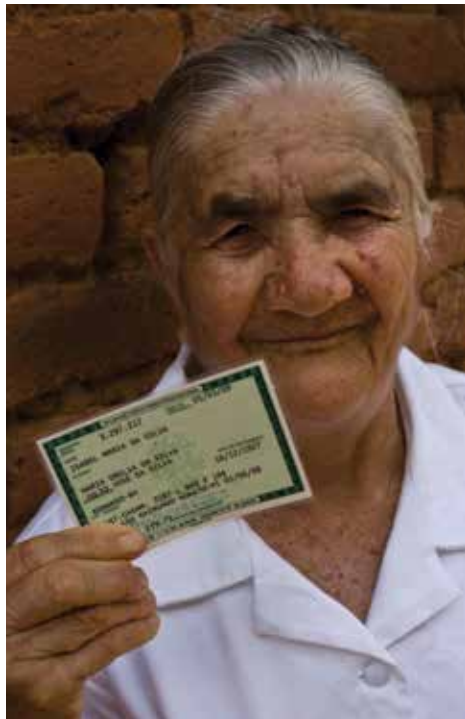
A QUEM SE DESTINA

O Pronatec Campo é voltado para agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, assalariados e assentados da reforma agrária.





PROGRAMA NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO
DA TRABALHADORA RURAL (PNDTR)



É voltado para trabalhadoras rurais que não possuem documentos ou necessitam fazer a segunda via. O programa vai até os municípios, onde são feitos mutirões, para emitir a documentação.

DOCUMENTOS EMITIDOS

Registro de Nascimento, Cadastro de Pessoa Física (CPF), Carteira de identidade, Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), registro no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS); Carteira de Pescador, dentre outros, são alguns dos documentos que podem ser emitidos, gratuitamente, nas ações.

VANTAGENS DA DOCUMENTAÇÃO

Além de garantir cidadania, a documentação básica é condição para acesso a programas como o Pronaf, além de políticas públicas do governo federal e benefícios previdenciários.





ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DAS MULHERES RURAIS



O objetivo do Programa é fortalecer as organizações produtivas das trabalhadoras rurais, viabilizar seu acesso às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, promovendo a autonomia econômica e garantindo o protagonismo feminino na economia rural.

A mulher reconhece seu papel como agente de trabalho. O estímulo à organização feminina possibilita melhoria na renda da família, e como consequência estimula o desenvolvimento social e econômico do município.





TERRITÓRIOS DA CIDADANIA



Programa de crescimento sustentável voltado para as regiões do Brasil com maior necessidade de políticas públicas. Promove o desenvolvimento econômico e universaliza programas básicos de cidadania pela integração de ações dos governos com participação da sociedade civil. Existem no País 120 Territórios da Cidadania, já definidos pelo Governo Federal. O Territórios da Cidadania é coordenado pela Casa Civil da Presidência da República e sua Secretaria Executiva é conduzida pelo MDA.

INICIATIVAS DO MDA:

- Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais;
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);
- Apoio a projetos de infraestrutura e serviços;
- Organização produtiva de trabalhadoras rurais;
- Fomento à estruturação e consolidação de redes socioprodutivas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais;
- Fomento à participação da agricultura familiar nas cadeias produtivas de energias renováveis;
- Disponibilização de insumos para a agricultura familiar;
- Implantação de bibliotecas rurais;

- Concessão de crédito-instalação às famílias de assentados;
- Implantação e recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento;
- Fomento à agroindustrialização e à comercialização;
- Concessão de crédito para aquisição de imóveis rurais e investimentos básicos;
- Reconhecimento, delimitação e titulação de territórios quilombolas;
- Regularização fundiária de imóveis rurais; .
- Apoio aos estados para implantação do cadastro de terras e regularização fundiária no Brasil.







ARCA DAS LETRAS



O Programa leva bibliotecas às comunidades rurais para garantir o acesso à leitura. Por meio do programa, milhares de moradores do campo tiveram a oportunidade de ler e muitos foram alfabetizados.

ACERVO

Os livros são colocados em móveis, chamados de arcas, que contam com cerca de 200 obras, selecionadas para contribuir com o trabalho, a pesquisa e o lazer das populações que vivem no campo. Os exemplares são escolhidos de acordo com a indicação e demanda das famílias atendidas. Os acervos são formados por literatura infantil, para jovens e adultos, além de livros didáticos, técnicos e especializados. Mais de 10 mil bibliotecas já foram instaladas no País por meio do Arca das Letras.

ONDE FUNCIONA A BIBLIOTECA

Para incentivar e facilitar o acesso à leitura, as bibliotecas são instaladas na casa de agentes de leitura (escolhidos voluntariamente) ou nas sedes de uso coletivo (associações comunitárias, pontos de cultura, igrejas), de acordo com a escolha da comunidade e disponibilidade dos agentes.





PROGRAMA DE APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA
E SERVIÇOS EM TERRITÓRIOS RURAIS (PROINF)



O Proinf repassa recursos para obras de infraestrutura nos municípios e para viabilizar serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar.

OBJETIVOS DO PROGRAMA

Contemplar projetos de implantação de agroindústrias e armazenamento de produtos da agricultura familiar, estruturas de comercialização e de produção de itens desses agricultores. Também apoia a construção de pontes, passagens molhadas, abertura ou recuperação de estradas vicinais entre outras.

INVESTIMENTO

Os recursos do Proinf provêm do Orçamento Geral da União (OGU) e são definidos, anualmente, por meio do manual operacional do Proinf, publicado na página do MDA.





